

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE DA ATIVIDADE DA AUTARQUIA

Com a aprovação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, orçamento de estado para 2015, os municípios continuam a ver a sua gestão condicionada apesar de se terem verificado ligeiras melhorias, nomeadamente para municípios como o de Marvão, que estão em situação de equilíbrio financeiro. A nível de contratação de pessoal, passou a ficar estipulado que a despesa de pessoal não podia ser superior à do ano anterior. No que se refere ao endividamento, podemos afirmar que melhorou a sua análise para Municípios cumpridores, como Marvão, pois passou a aplicar-se o conceito de Dívida Total, isto é, o prevista no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O valor da Dívida Total, em 31 de dezembro de 2015, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. No caso de Marvão, não pode ultrapassar os 5.526.119 €.

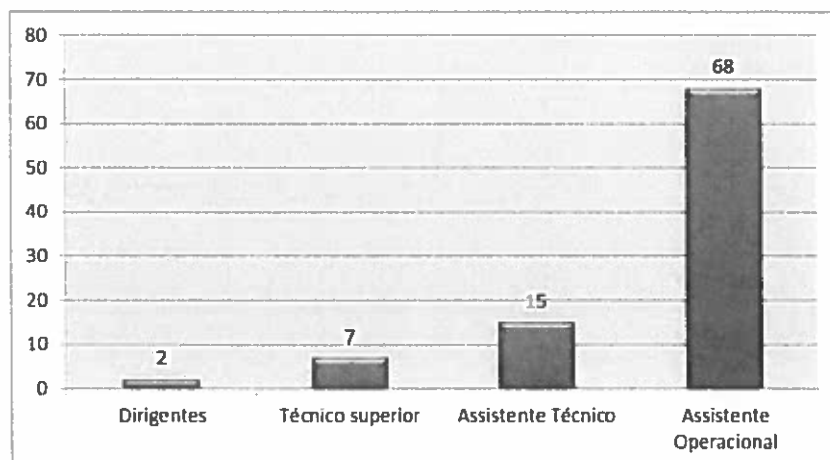
A adequação dos recursos existentes, quer humanos quer financeiros, à satisfação das necessidades coletivas das populações é cada vez mais complicada. Pois, além de a nível social as carências serem superiores, há também necessidade de realizar investimentos fundamentais ao desenvolvimento do concelho.

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2015, o Município de Marvão, contava com 92 colaboradores, todos eles com contrato por tempo indeterminado.

Distribuídos pelas respetivas categorias como se pode observar no gráfico:

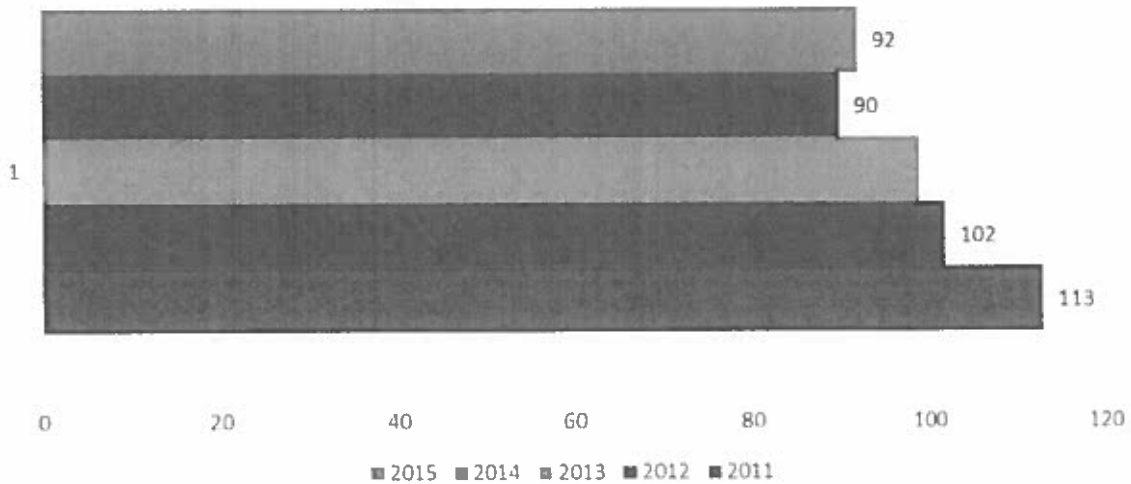
Distribuição por Grupo Profissional



[Handwritten signature]

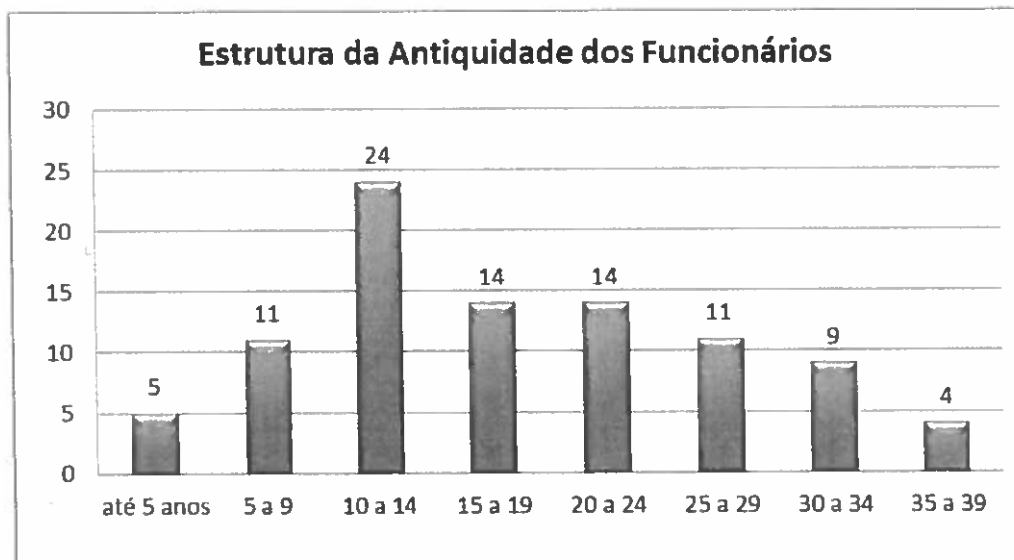
A evolução do n.º de funcionários, nos últimos anos é a que podemos visualizar no gráfico seguinte:

Evolução do N.º Funcionários 2011-2015



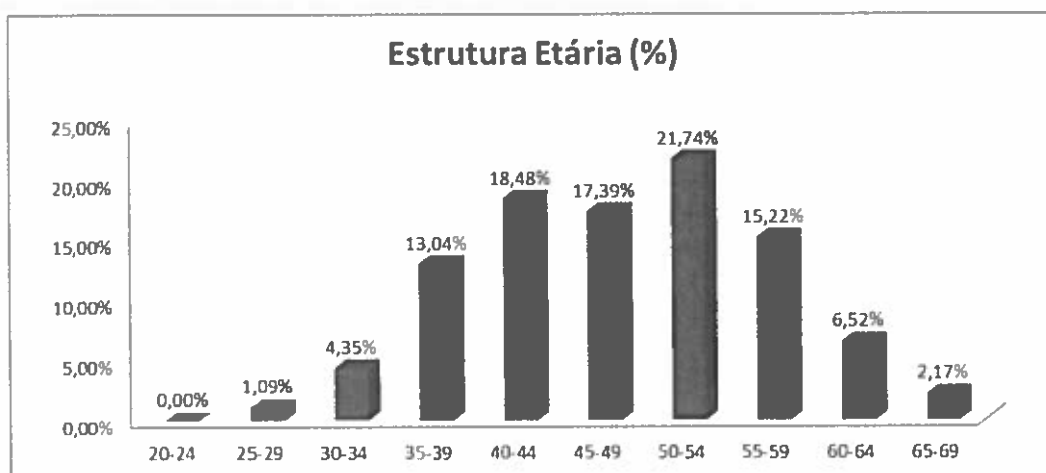
O município conta, no final de 2015, com menos 21 colaboradores do que contava no final de 2011.

No gráfico seguinte, ilustra-se a estrutura da antiguidade na função pública, dos funcionários, em 31 de dezembro de 2015. O Município tem metade dos colaboradores com mais de 15 anos de serviço.



[Handwritten signature]

Quanto à estrutura etária dos trabalhadores desta Autarquia, verificamos que o maior número se situa nas faixas etárias que vão dos 40 aos 44 anos. Acima dos 50 anos temos 45% da estrutura e abaixo dos 35, temos apenas cerca de 5% dos funcionários. Concluimos que a tendência é o envelhecimento da estrutura, por um lado, pelos muitos condicionalismos à entrada de pessoal, por outro, as fortes penalizações às reformas antecipadas.



Durante o ano de 2015, entraram no quadro do Município 2 funcionários.

Deu-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, que impunha que as despesas com pessoal não fossem superiores às do ano anterior.

Analisando o absentismo registado em 2015, concluímos que o mesmo se cifrou em 1157 dias, num universo de 92 trabalhadores e 252 dias úteis de trabalho, sendo que os principais motivos foram os seguintes:

- Doença – 78 %
- Assistência por parentalidade – 10%

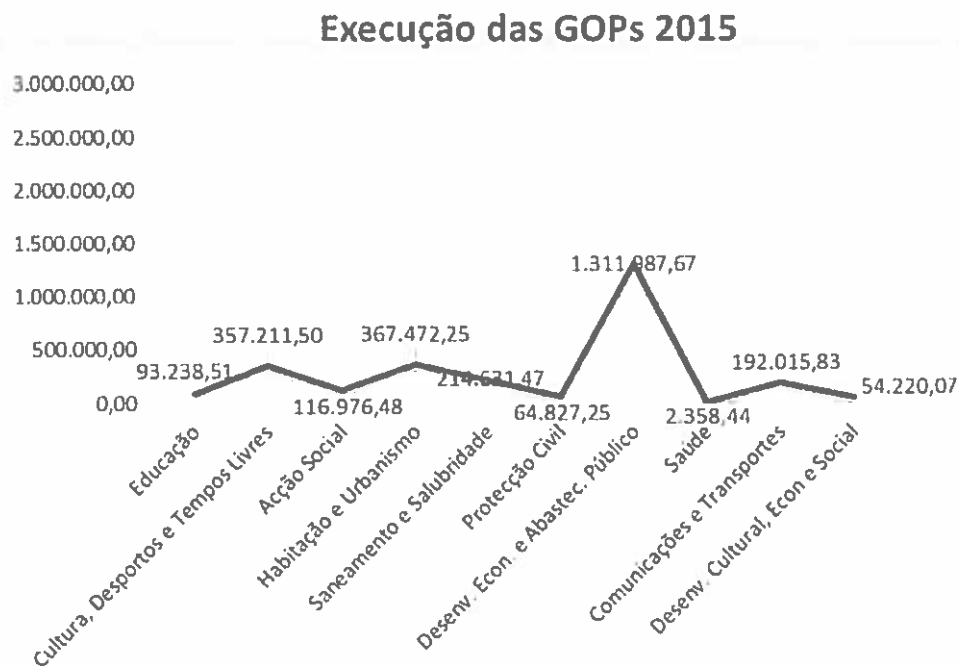
Estes valores correspondem a uma taxa de absentismo de 4,99%.

No que concerne à formação profissional, os funcionários participaram em 20 ações de formação externas, assistidas pelos funcionários das seguintes categorias profissionais:

- Dirigentes – 1
- Técnico Superior – 3
- Assistente Técnico – 5
- Assistente Operacional – 11

Execução das Grandes Opções do Plano

Em 2015, os valores realizados nas GOPs têm a seguinte distribuição, por objetivo:

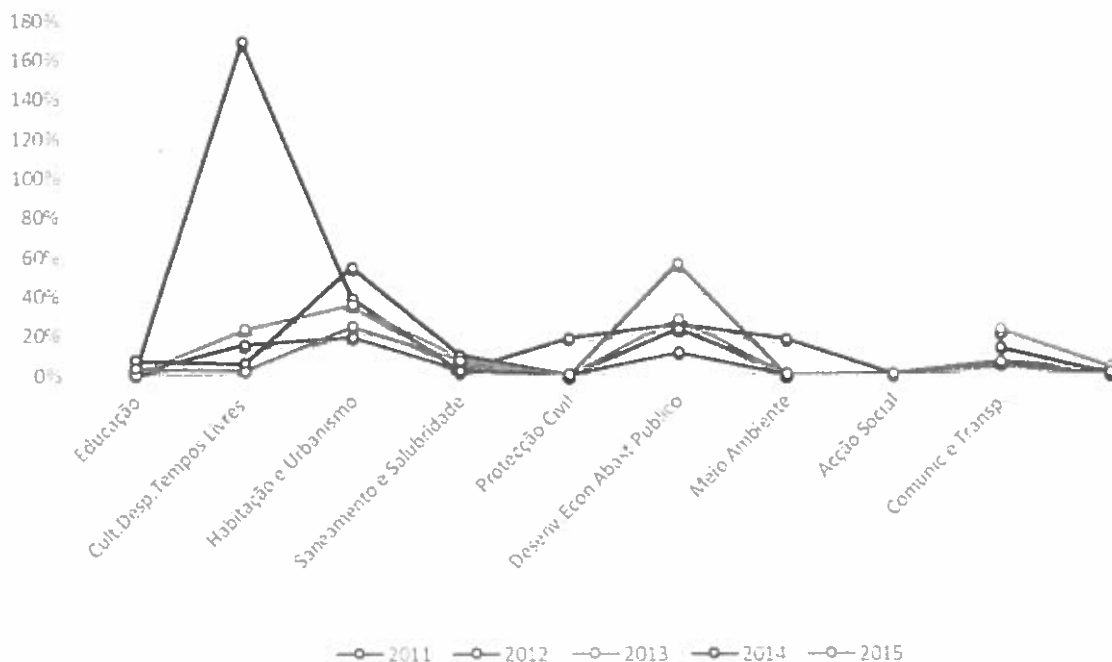


O objetivo que arrecadou a maior fatia de investimento foi “ Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público” com 1.311.987,67 €, seguido do objetivo “Habitação e Urbanismo” com 367.472,25 €, os objetivos “Cultura, Desportos e Tempos Livres”, “Saneamento e Salubridade” e “Comunicações e Transportes”, rondaram os 300.000 € de execução, cada um deles. A execução anual fixou-se nos 58%, ou seja, dos 4.779.148,49 € previstos, executaram-se 2.776.292,47 €. Os desvios verificados prendem-se com várias situações: ou porque os projetos tiveram uma execução inferior ao inicialmente previsto, como é o caso da “Construção da Rede de Águas do Vale de Rodão”, da “Recuperação dos Edifícios da Quinta-Portagem”; há ainda a situação de projetos que não foram concretizados ou por problemas técnicos ou por opção de gestão ou por falta de oportunidades de financiamentos.

O gráfico seguinte ilustra-nos a componente de investimento das GOP, comparando a sua aplicação por objetivo nos últimos cinco anos.

Há objetivos onde o montante do investimento tem sido sempre mais elevado, como podemos ver, na “Habitação e Urbanismo” e no “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público”, nos restantes o investimento tem sido, mais ou menos, equitativo, com exceção da “Cultura, Desportos e Tempos Livres”, que em 2011 se destacou fortemente das restantes.

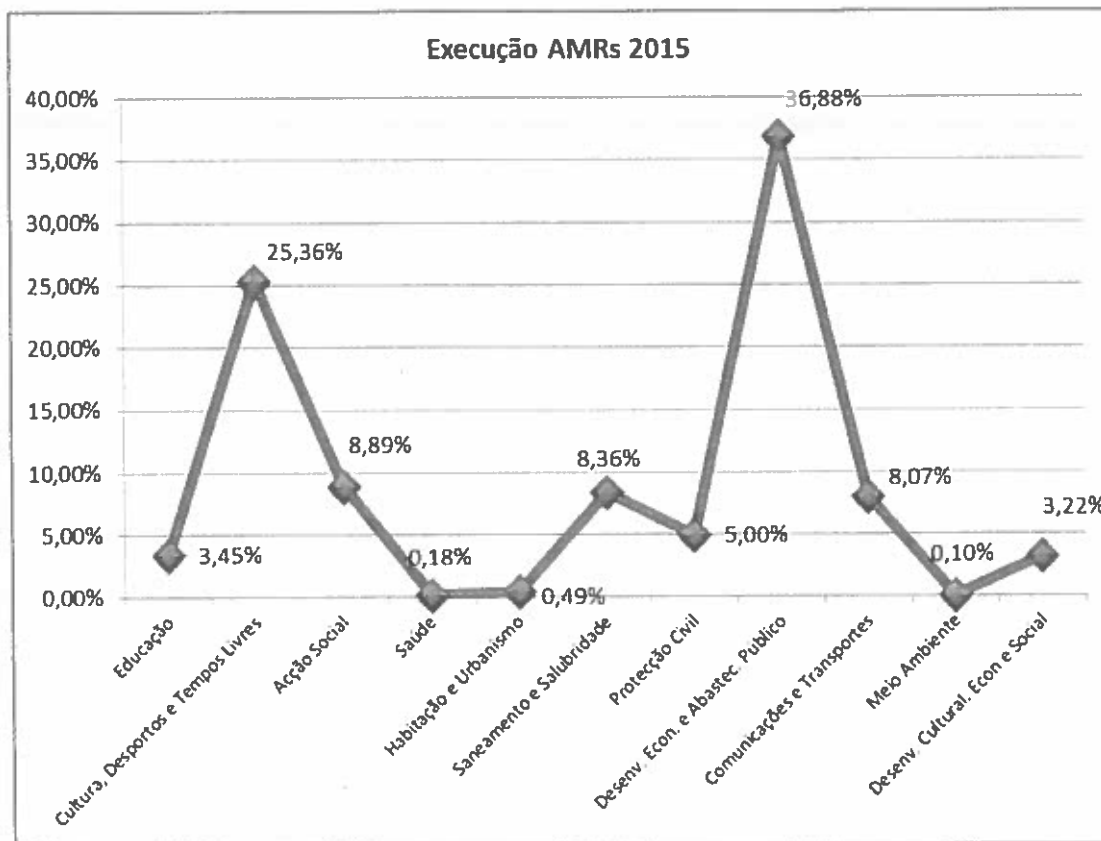
Evolução da Execução do PPI - 2011-2015



Em 2015, podemos destacar na execução do PPI: o pagamento da 2ª tranche da compra do Edifício da Celtex; a Construção da ETAR da Beirã e da Mini-Etar do Porto da Espada; a conclusão da Rede de Águas da Fonte da Mulher e o início da Construção da Rede de Águas do Vale de Ródão; a concretização dos projetos, financiados a 75%, no âmbito da candidatura “Taejo Internacional (2ª Convocatória), nomeadamente a realização do percurso pedestre entre a Portagem e os Olhos d’ Água, a realização da escultura sobre a Ammaia pela escultora Maria Leal da Costa; a Reabilitação das oficinas e os Arranjos Exteriores da Zona Envolvente ao novo Parque de Máquinas; a aquisição de uma retroescavadora nova.

Importa ainda referir que estavam previstos 3.093.103,29 € para o PPI e foram executados 1.484.931,50 €, registou-se uma execução de 48%. Os desvios verificados devem-se aos motivos já elencados para as GOPs.

Quanto às Atividades Mais Relevantes tiveram um nível de execução anual de 77%, ou seja, dos 1.686.045,20 € previstos, executaram-se 1.291.360,97 €.



O objetivo “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público” destaca-se dos restantes com 36,88% do total. O montante deste objetivo prende-se, essencialmente, com o valor pago pelo município pelo fornecimento de água em alta, pela energia gasta em baixa tensão e em média tensão. Seguido pelo objetivo “Cultura, Desportos e Tempos Livres”, com 25,36 % do total. Fato facilmente justificado pela diversidade de eventos realizados no concelho de Marvão durante o ano de 2015, nomeadamente: Feira da Castanha; subsídio para funcionamento concedido à Fundação Cidade de Ammaia; Festival Islâmico Al Mossassa; Quinzenas Gastronómicas; subsídios para funcionamento e para investimento concedido às associações, às IPSS e outras entidades coletivas concelho, de acordo com o regulamento em vigor; os apoios concedidos à organização do Festival de Música Internacional de Marvão e à organização do Festival de Cinema de Marvão; organização de várias atividades desportivas.

Outras atividades

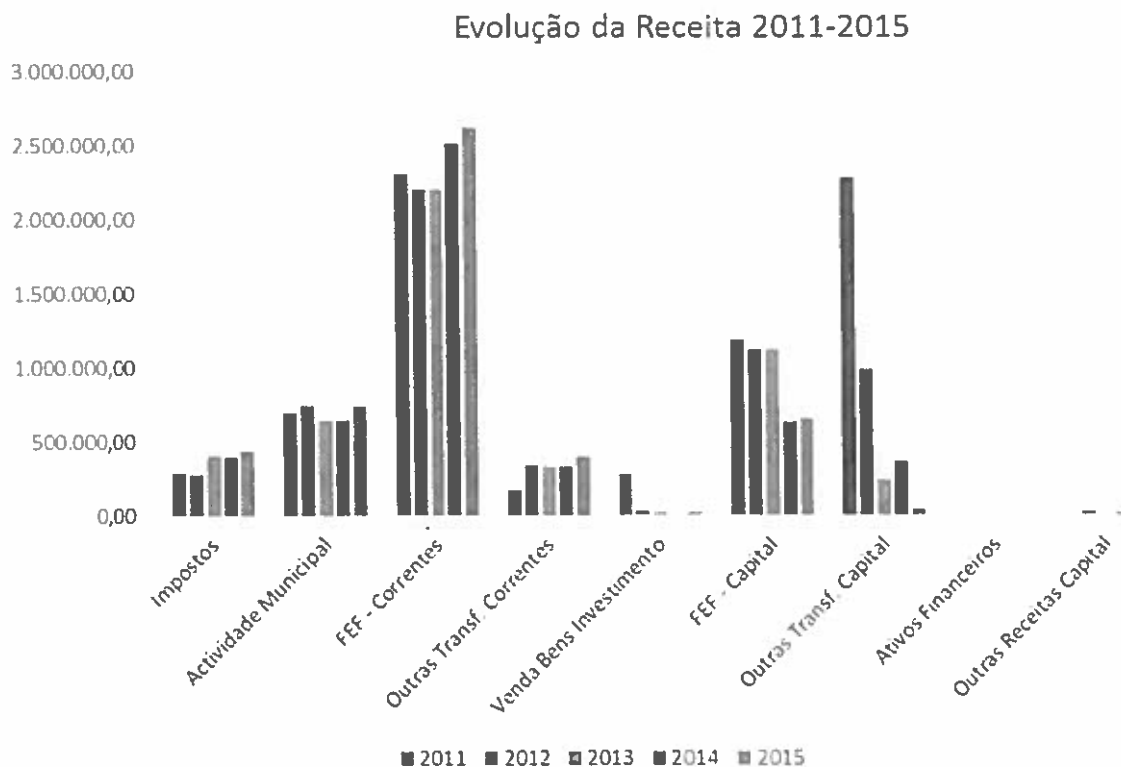
Uma referência especial para a fixação das percentagens do Imposto Municipal de Imóveis, as quais foram, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em Setembro de 2014, fixadas em 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do IMI

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Receita

No ano de 2015, foram arrecadados 6.786.295,59 €, correspondendo 4.193.491,14 € a receitas correntes, 713.973,82 € a receitas de capital, 1.878.830,63 € a outras receitas, das quais se salienta o saldo da gerência anterior (1.878.826,29 €).

No gráfico seguinte, verificamos que todas as receitas mantiveram mais ou menos a mesma tendência, de 2011 a 2015, com exceção do “FEF-Correntes” (Fundo de Equilíbrio Financeiro), que registou uma ligeira subida de 2014 para 2015.

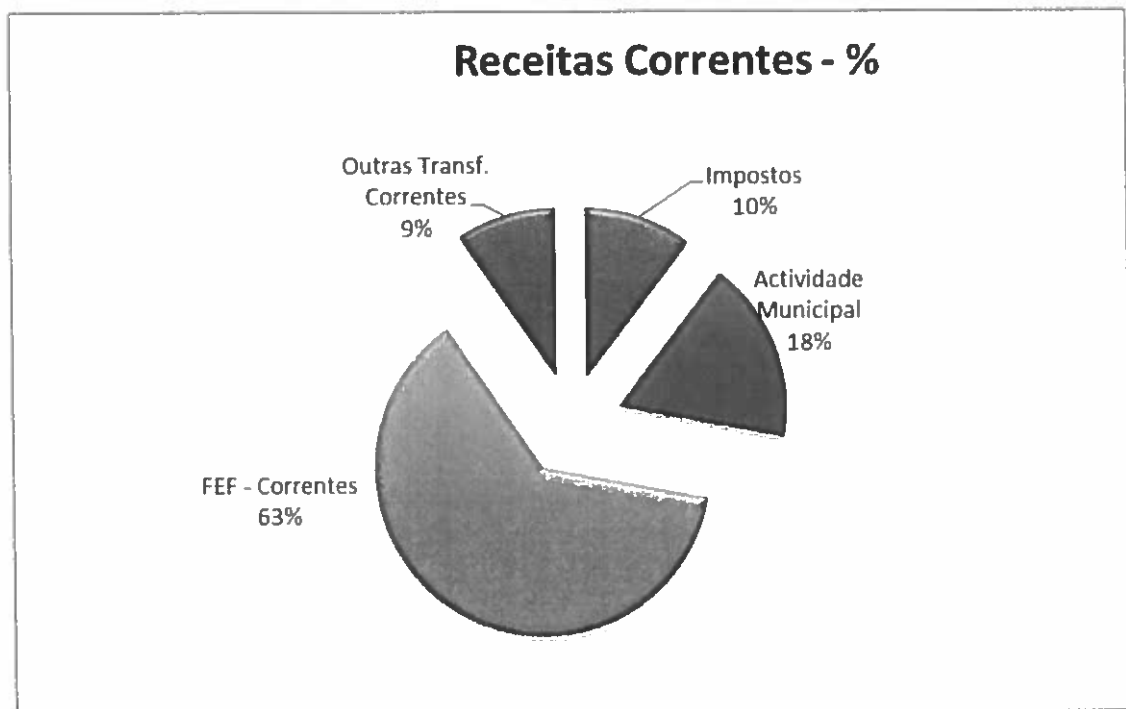


No próximo quadro podemos analisar as variações verificadas na estrutura das receitas correntes. No total, houve um aumento 7,86% em relação ao ano anterior, justificados pelo aumento das transferências correntes, como já foi mencionado, devido ao aumento do FEF corrente.

| Receitas Correntes | 2014 | 2015 | | 2014-2015 | | |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------------|--------------|
| | Executado | Previsto | Executado | | Valor | % |
| | | | Valor | % | | |
| Impostos Directos | 386.100,01 | 386.881,00 | 431.469,83 | 111,53% | 45.369,82 | 11,75% |
| Impostos Indirectos | 9.418,19 | 5.898,00 | 4.600,86 | 78,01% | -4.817,33 | -51,15% |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 6.611,90 | 7.764,00 | 6.394,45 | 82,36% | -217,45 | -3,29% |
| Rendimentos de Propriedade | 204.801,10 | 213.600,00 | 194.414,08 | 91,02% | -10.387,02 | -5,07% |
| Transferências Correntes | 2.844.210,78 | 2.826.704,00 | 3.021.741,32 | 106,90% | 177.530,54 | 6,24% |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 436.899,79 | 503.080,00 | 534.312,86 | 106,21% | 97.413,07 | 22,30% |
| Outras Receitas Correntes | 11,94 | 60,00 | 557,74 | 929,57% | 545,80 | 4571,19% |
| Total | 3.888.053,71 | 3.943.987,00 | 4.193.491,14 | 106,33% | 305.437,43 | 7,86% |

Os impostos directos subiram, essencialmente devido ao aumento da receita de IMI.

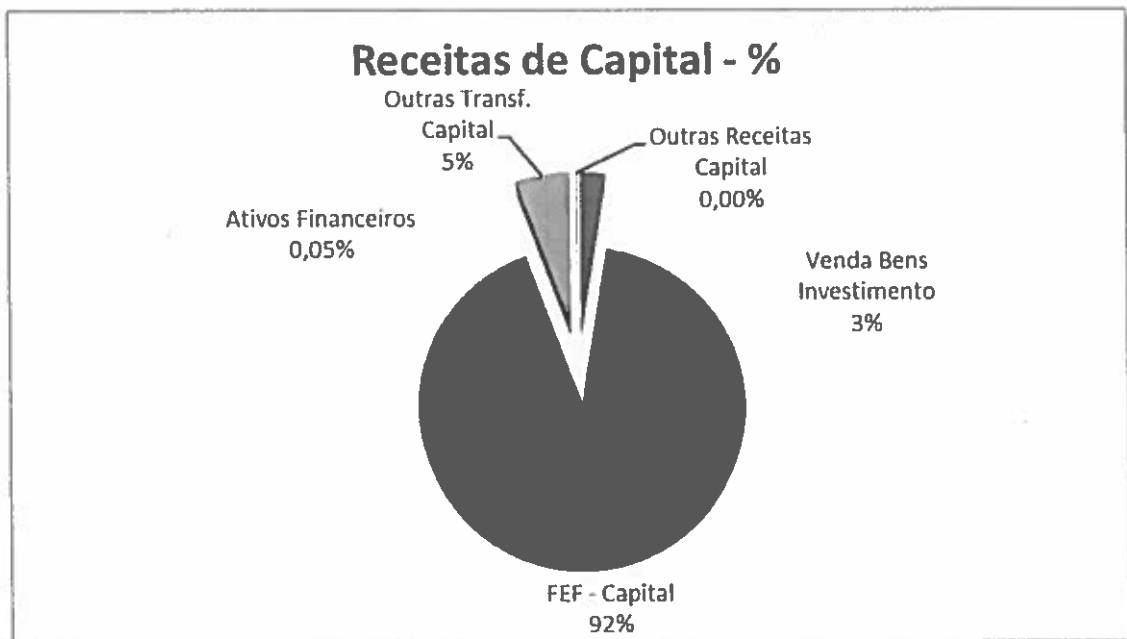
Quanto à estrutura das receitas correntes, os fundos provenientes do Orçamento de Estado correspondem a 63%, enquanto a Actividade Municipal (Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes) contribui apenas com 17% e os Impostos (IMI, IMT, IMV, Derramas, etc) com 10%, o que reforça a dependência do Orçamento de Estado para assegurar o seu funcionamento.



As receitas de capital diminuiram 29,86% no total, devido essencialmente, à redução dos montantes recebidos de participações de investimentos, uma vez que ao contrário do que se previa, não houve abertura de candidaturas ao Portugal 2020.

| Receitas de Capital | 2014 | | 2015 | | Crescimento 2014-2015 | |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| | Executado | Previsto | Executado | | Valor | % |
| | | | Valor | % | | |
| Venda de Bens de Investimento | 5.476,89 | 1.14.490,00 | 18.309,50 | 15,99% | 12.832,61 | 234,30% |
| Transferências de Capital | 994.754,19 | 1.393.212,00 | 695.314,32 | 49,91% | -299.439,87 | -30,10% |
| Ativos Financeiros | 2.681,21 | 4.000,00 | 350,00 | 8,75% | -2.331,21 | -86,95% |
| Outras Receitas Capital | 15.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00% | -15.000,00 | -100,00% |
| Total | 1.017.912,29 | 1.516.702,00 | 713.973,82 | 47,07% | -303.938,47 | -29,86% |

No gráfico seguinte, verificamos que se mantém a dependência das transferências do Orçamento de Estado (92%).



No cômputo geral, houve uma execução da receita de 92% face às dotações previstas, fato de que nos podemos orgulhar, pois significa que o orçamento foi elaborado com razoabilidade e teve uma excelente execução.

Despesa

As despesas globais totalizaram 5.108.794,13 €, ou seja, 69,6 % do valor previsto no Orçamento.

Em 2015, as despesas correntes atingiram 3.418.207,31 €, representando cerca de 67% das despesas municipais.

| Despesas Correntes | 2014 | 2015 | | Crescimento 2014-2015 | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|---------------|
| | Executado | Previsto | Executado | | Valor | % |
| | | | Valor | % | | |
| Despesas com o Pessoal | 1.736.929,25 | 1.727.480,00 | 1.639.609,80 | 94,91% | -97.319,45 | -5,60% |
| Aquisição de Bens e Serviços | 1.314.990,46 | 1.744.253,00 | 1.422.839,30 | 81,57% | 107.848,84 | 8,20% |
| Juros e Outros Encargos | 7.237,32 | 20.000,00 | 4.635,66 | 23,18% | -2.601,66 | -35,95% |
| Transferências Correntes | 354.486,82 | 414.365,00 | 301.416,91 | 72,74% | -53.069,91 | -14,97% |
| Subsídios | 79,15 | 146.153,00 | 13.888,74 | 9,50% | 13.809,59 | 17447,37% |
| Outras Despesas Correntes | 28.600,47 | 49.677,00 | 35.816,90 | 72,10% | 7.216,43 | 25,23% |
| Total | 3.442.323,47 | 4.101.928,00 | 3.418.207,31 | 83,33% | -24.116,16 | -0,70% |

No cômputo geral as despesas correntes diminuíram 0,70%, em relação a 2014, justificado essencialmente pela diminuição das despesas com pessoal. Esta descida deve-se às saídas para aposentação verificadas em 2014, que efetivamente só se concretizaram em 2015, uma vez que ficaram a receber pensão provisória até a Caixa Geral de Aposentações publicar no Diário da República a sua saída.

As despesas de capital totalizaram 1.690.586,36 € e representam 33% das despesas globais.

| Despesas de Capital | 2014 | 2015 | | Crescimento 2014-2015 | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|------------------|--------------|
| | Executado | Previsto | Executado | | Valor | % |
| | | | Valor | % | | |
| Aquisição de Bens de Capital | 1.430.351,15 | 3.022.540,29 | 1.429.897,23 | 47,31% | -453,92 | -0,03% |
| Transferências de Capital | 87.114,88 | 156.790,00 | 74.797,96 | 47,71% | -12.316,72 | -14,14% |
| Activos Financeiros | | 39.205,00 | 39.205,00 | 100,00% | 39.205,00 | 0,00% |
| Passivos Financeiros | 149.186,53 | 150.000,00 | 146.686,63 | 97,79% | -2.499,90 | -1,68% |
| Total | 1.666.652,36 | 3.368.535,29 | 1.690.586,82 | 50,19% | 23.834,46 | 1,44% |

Da observação do quadro anterior constata-se que as despesas de capital são compostas, essencialmente pelas "Aquisições de Bens de Capital", que se traduzem essencialmente na execução do Plano Plurianual de investimentos.

Equilíbrio Financeiro entre Receitas e Despesas

Analisando diretamente o quadro apresentado, verificamos que foi respeitado o princípio do equilíbrio financeiro entre receitas e despesas correntes, imposto pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL graças aos enormes esforços efetuados.

| | Correntes | Capital |
|---------------------|----------------|----------------|
| Receitas | 4.193.491,14 € | 713.973,82 € |
| Despesas | 3.418.207,31 € | 1.690.586,82 € |
| % Receitas/Despesas | 122,68% | 42,23% |

O saldo da gerência anterior, de execução orçamental, 1.858.826,29 € foi utilizado parcialmente para reforço das despesas correntes (+20.000 €), e o restante para reforço de despesa de capital.

No entanto, com a entrada em vigor, em 2014 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as regras para o cálculo do equilíbrio orçamental passaram a ser as definidas no seu artigo 40º:

Receita Corrente Bruta tem de ser igual ou superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

Cálculo do Equilíbrio Orçamental

| | | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 |
|--------|--|----------------|----------------|----------------|
| 1. | Receita Corrente Bruta cobrada | 3 593 709,65 € | 3 888 053,71 € | 4 193 491,14 € |
| 2. | Despesa Corrente | 3 539 760,45 € | 3 442 323,47 € | 3 418 207,31 € |
| 3. | Amortização Média de emp M/L Prazo | 114 491,32 € | 107 038,40 € | 107 038,40 € |
| 4=2+3 | TOTAL | 3 654 251,77 € | 3 549 361,87 € | 3 525 245,71 € |
| 5=1-4 | EQUILIBRIO ORÇAMENTAL | -60 542,12 € | 338 691,84 € | 668 245,43 € |
| 6 | Receita corrente líquida | 3 593 709,65 € | 3 888 053,71 € | 4 193 491,14 € |
| 7=6x5% | 5% do valor da receita corrente totais | 179 685,48 € | 194 402,69 € | 209 674,56 € |
| 8=5+7 | Equilíbrio Orçamental | 119 143,36 € | 533 094,53 € | 877 919,99 € |

Como verificamos, a regra é cumprida, registando-se uma margem de 668.245,43 €.

Importa ainda referir, que as obras realizadas por administração direta, inscritas no Plano Plurianual de Investimentos, foram realizadas com despesas correntes (materiais e pessoal), como indica o Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, pelo que agrava a despesa corrente, que na sua essência se traduz em investimento. Foram contabilizados como trabalhos da própria entidade 24.136,91 €, no ano de 2015.

Dívida do Município

| Evolução e Estrutura da Dívida Municipal | Valor |
|---|----------------|
| 1. Dívidas de Financiamento | |
| Dívida a 1 de Janeiro de 2015 | 1.116.678,24 € |

| | |
|---|----------------------|
| Dívida a 31 de Dezembro de 2015 | 927.637,24 € |
| Evolução | -189.041,00 € |
| 2. Dívidas de Funcionamento | |
| Dívida a 1 de Janeiro de 2015 | 608.639,77 € |
| Dívida a 31 de Dezembro de 2015 | 641.217,79 € |
| Evolução | 32.578,02 € |
| 3. Evolução do Endividamento Total | -156.462,98 € |

Da análise do quadro anterior, conclui-se que, na globalidade, o endividamento da autarquia diminuiu 156.462,98 €. Importa referir que a dívida de financiamento diminuiu 189.041,00 €, não só pela amortização normal feita aos empréstimos, mas também pela amortização extraordinária, efetuada com o aumento do IMI (39.441,53 €), resultante da avaliação geral dos prédios, como decorre da aplicação do artigo 98º da Lei do Orçamento de Estado para 2015.

A dívida de funcionamento aumentou 32.578,02 €, essencialmente pelo compromisso assumido com a realização do Fundo de Apoio Municipal, tendo sido pago em 2015 a 1ª tranche (39.605 €) e o restante (235.228,83 €) nos próximos 5 anos.

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

Componente Económica

Proveitos

Em 2015, os proveitos totais ascenderam a 5.584.139,17 €, aumentando face a 2014 e assumindo o valor mais alto dos últimos cinco anos.

Para este comportamento positivo tiveram especial impacto os aumentos verificados nos Proveitos e Ganhos Operacionais (6,1%) e nos Proveitos e Ganhos Extraordinários (93%). A contribuição da subida verificada nos Proveitos e Ganhos Financeiros (4,1%), embora menos relevante, não pode deixar de se considerar um bom desempenho.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais, que contribuíram com 81,6% do total de proveitos, ascenderam em 2015 aos 4.558.411,58 € (+ 261.502,08 € = +6,1%) voltando então assim a aumentar tendo assumido o valor mais alto dos últimos três anos.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros, apesar do continuado efeito das descidas das taxas de juro, voltaram a crescer para uns expressivos 271.111,96 € (+10.767,45 € = +4,1%), essencialmente pelo aumento do número de rendas recebidas, do Ninho de Empresas e pelo aumento do número de casas para habitação, propriedade do Município.

Relativamente aos Proveitos e Ganhos Extraordinários aumentaram fortemente, finalizando 2015 com um total de 754.517,33 € (+363.552,74 € = +93%).

Este crescimento acentuado deveu-se ao reconhecimento dos proveitos diferidos, pois em 2014, não tinha sido reconhecido o valor correto.

Os proveitos totais de 2015 encontram-se distribuídos da seguinte forma:

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Proveitos e Ganhos Operacionais | 4.710.311,86 | 4.341.963,79 | 4.480.709,01 | 4.296.909,50 | 4.558.411,58 |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 179.424,11 | 276.622,81 | 244.844,87 | 260.344,51 | 271.111,96 |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 611.908,96 | 571.938,06 | 546.456,23 | 391.062,89 | 754.615,63 |
| Total | 5.501.644,93 | 5.190.524,66 | 5.272.010,11 | 4.948.316,90 | 5.584.139,17 |

Como podemos observar, a estrutura de proveitos continua praticamente inalterada, assistindo-se a uma descida do peso dos proveitos operacionais para 81,6% do total de proveitos (o que significou um decréscimo de 5,21% do peso relativo na estrutura), em contrapartida do reforço do peso dos proveitos extraordinários para 13,52% do total dos proveitos (+5,62% em termos de reforço relativo).

No quadro seguinte, podemos verificar a composição dos proveitos operacionais:

| | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015 | % |
|--|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| Vendas e Prestação de Serviços | 407.828,04 | 8,66% | 413.647,92 | 9,53% | 402.590,71 | 8,98% | 379.254,42 | 8,83% | 422.982,58 | 9,28% |
| Vendas de Mercadorias | 13.303,47 | 0,28% | 18.228,21 | 0,37% | 13.484,32 | 0,30% | 12.844,85 | 0,30% | 11.391,65 | 0,25% |
| Vendas de Produtos | 154.242,35 | 3,27% | 163.522,20 | 3,77% | 146.429,14 | 3,27% | 133.478,70 | 3,11% | 154.070,24 | 3,38% |
| Prestações de Serviços | 240.270,78 | 5,10% | 233.626,74 | 5,39% | 242.659,32 | 5,42% | 232.920,93 | 5,42% | 257.513,75 | 5,65% |
| Outras | 11,48 | 0,00% | 69,88 | 0,00% | 12,93 | 0,00% | 11,94 | 0,00% | 8,94 | 0,00% |
| Impostos e Taxas | 393.850,19 | 8,36% | 266.541,99 | 6,14% | 368.327,89 | 8,22% | 398.416,46 | 9,27% | 433.632,11 | 9,51% |
| Trabalhos para a Própria Entidade | 62.351,42 | 1,32% | 67.212,35 | 1,55% | 35.645,90 | 0,80% | 32.152,69 | 0,75% | 24.136,91 | 0,53% |
| Transferências e Subsídios Obtidos | 3.846.282,21 | 81,68% | 3.594.561,33 | 82,79% | 3.674.144,51 | 82,00% | 3.487.085,93 | 81,15% | 3.677.659,98 | 80,68% |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | | | | | | | | | | |
| TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS | 4.770.311,88 | | 4.341.961,89 | | 4.480.709,01 | | 4.296.908,80 | | 4.558.411,58 | |

As Transferências e Subsídios Obtidos, com 80,68%, mantiveram a predominância na estrutura de proveitos operacionais, o que vem confirmar a dependência da Autarquia deste tipo de receitas. Ainda assim, esta dependência atenuou-se ligeiramente no ano de 2015, com a descida ligeira do peso desta rubrica de 81,00% para 80,68% mantendo a mesma tendência do ano anterior.

O maior aumento registou-se na componente de "Vendas e Prestações de Serviços" com +43.728,16 € (+11,53%), passando esta rubrica a contribuir com 9,28% do total de proveitos operacionais, mantendo a posição de 3ª rubrica mais relevante na composição deste tipo de proveitos, mas ainda atrás da rubrica de "Impostos e Taxas" que contribui com 9,51% do total, ascendendo em 2015 aos 433.632,11 € (+35.215,65 € = +8,2%). Continuou a destacar-se a subida do contributo do IMI, fruto do processo de reavaliação dos valores patrimoniais das habitações encetado pela Autoridade Tributária em 2012 e com reflexos nas cobranças de 2013 a 2015.

Custos

No exercício de 2015 os custos totais apresentaram uma descida para um total de 6.937.718,25 €. Esta descida de custos ascendeu aos -575.479,45 € (-7,66%) e a sua justificação assentou no comportamento dos Custos e Perdas Extraordinários, como se pode verificar na estrutura e o peso das suas componentes no quadro seguinte:

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Custos e Perdas Operacionais | 5.905.394,91 | 5.745.163,76 | 5.961.024,15 | 5.758.986,62 | 6.621.212,46 |
| Custos e Perdas Financeiros | 45.147,94 | 190.344,67 | 67.194,17 | 67.406,94 | 70.438,79 |
| Custos e Perdas Extraordinários | 65.816,68 | 692.095,60 | 356.857,81 | 1.686.804,14 | 246.067,00 |
| Total | 6.016.359,53 | 6.627.604,03 | 6.385.076,13 | 7.513.197,70 | 6.937.718,25 |

Os Custos e Perdas Operacionais aumentaram significativamente face a 2014, voltando ao registo de subidas que se verificou em 2013 e que contrariam a tendência que se evidenciava desde 2009 de contínuas descidas.

Essa subida ascendeu aos 862.225,84 € (+14,97%), e teve o contributo de quase todas as rubricas de custos desta natureza, principalmente da rubrica "Amortizações do Exercício", devido à aplicação SIC (Sistema de Inventário e Cadastro) não estar a calcular amortizações em alguns bens, erro que se detetou no ano em análise.

Os Custos e Perdas Financeiras tiveram uma pequena subida de 3.031,85 € (+4,50%).

Os Custos Extraordinários tiveram acentuada descida em 2015, de 1.440.737,14 € (-85,41%) voltando a valores semelhantes aos de anos anteriores a 2014, ano em que houve uma subida atípica devido às correções efetuadas ao valor do património, decorrente do trabalho realizado por uma comissão técnica formada para o efeito e que vem desenvolvendo essa tarefa desde 2012, com imputação anual das diversas correções detetadas.

A estrutura de Custos voltou a contar com a forte predominância dos Custos e Perdas Operacionais, que por si só responderam por 95,44% do total, seguindo-se os Custos Extraordinários com 3,55% e os Custos e Perdas Financeiras com apenas 1,01%.

Considerando os Custos e Perdas Operacionais, que continua a ser a componente mais relevante, analisamos de seguida a sua estrutura e o comportamento das diversas rubricas que a compõem.

| | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015 | % |
|---|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| CMVMC | 112.864,24 | 1,91% | 134.711,79 | 2,34% | 162.274,97 | 2,72% | 111.187,14 | 1,93% | 110.087,61 | 1,66% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.227.831,54 | 20,79% | 1.220.797,70 | 21,25% | 1.300.891,37 | 21,82% | 1.255.083,58 | 21,79% | 1.300.479,20 | 19,64% |
| Custos com Pessoal | 1.867.773,58 | 31,63% | 1.612.612,85 | 28,07% | 1.768.946,12 | 29,68% | 1.715.802,43 | 29,79% | 1.645.535,69 | 24,85% |
| Trf. Sub. Correntes Concedidos e Prest. Sociais | 229.674,06 | 3,89% | 223.061,53 | 3,88% | 293.710,35 | 4,93% | 354.694,06 | 6,16% | 368.724,82 | 5,57% |
| Amortizações do Exercício | 2.437.997,73 | 41,28% | 2.481.437,07 | 42,84% | 2.289.157,96 | 38,40% | 2.260.307,42 | 39,25% | 3.186.220,16 | 48,12% |
| Provisões do Exercício | 816,47 | 0,01% | 77.104,12 | 1,34% | 119.123,22 | 2,00% | 40.845,68 | 0,71% | 0,00 | 0,00% |
| Outros Custos e Perdas Operacionais | 28.437,29 | 0,48% | 15.438,70 | 0,27% | 26.920,16 | 0,45% | 21.266,31 | 0,37% | 10.164,98 | 0,15% |
| TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS | 5.905.394,91 | | 5.745.163,76 | | 5.961.024,15 | | 5.758.986,62 | | 6.621.212,46 | |

A rubrica com maior peso na estrutura de Custos Operacionais continuou a ser a de "Amortizações do Exercício", reforçando essa condição para 48,12% do total, ascendendo em 2014 aos 3.186.220,16 € e refletindo assim uma subida acentuada de 925.912,74 € (+40,96%). Esta forte subida é justificada com um erro detetado em 2015 na aplicação SIC (Sistema de

Inventário e Cadastro) que não estava a calcular amortizações em alguns bens, tendo-se procedido à necessária correção com esse forte impacto nesta rubrica de custos.

De seguida surge a rubrica de "Custos com Pessoal" com 24,85% do total, e que sofreu uma nova descida em 70.266,74 € (-4,1%), apesar do aumento do quadro de pessoal e do efeito orçamental da alteração da aplicação da redução remuneratória dos funcionários públicos. Essa descida explica-se essencialmente pelos motivos já referidos na parte orçamental, isto é, as saídas registadas em balanço social em 2014, tiveram o seu verdadeiro impacto em 2015, apesar da entrada de novos dois novos funcionários, o valor das saídas foi superior.

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" pesou em 19,64% do total de custos operacionais e sofreu uma subida de 45.395,62 € (+3,62%), regressando a valores idênticos aos registados em 2013.

A rubrica de "CMVMC" sofreu uma redução residual de 1.099,53€ (-0,99%).

As "Provisões do Exercício" foram nulas, face ao desnecessário reforço da rubrica por diminuição das cobranças duvidosas e por inexistência de novos processos judiciais ou necessidade de reforço nos processos já existentes.

A rubrica de "Transferências Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais", ascendeu aos 368.724,82 € (+14.030,76 € = +3,96%).

Resultados

O Resultado Líquido do exercício de 2015 foi negativo em 1.353.579,08 € refletindo uma redução dos prejuízos em 1.211.301,72 € face a 2014.

Os Resultados Operacionais ascenderam aos -2.062.800,88 €, o que significou um agravamento dos resultados negativos em 600.724 € (+41,07%).

Os Resultados Financeiros continuaram em terreno positivo, registando uma boa subida de 7.736 € (+4,01%), continuando a revelar uma adequada gestão da dívida e dos recursos financeiros do Município.

Os Resultados Extraordinários deram em 2015 um importante contributo para a redução global dos resultados líquidos negativos, ao apresentarem uma significativa melhoria face aos expressivos e atípicos resultados de 2014, ficando nuns significativos 508.549 € fruto do efeito conjugado da subida dos proveitos e ganhos extraordinários e da forte descida dos custos e perdas extraordinários, já explanado em pontos anteriores.

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|----------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Resultados Operacionais | -1.195.083 € | -1.403.200 € | -1.480.315 € | -1.462.077 € | -2.062.801 € |
| Resultados Financeiros | 134.276 € | 86.278 € | 177.651 € | 192.938 € | 200.673 € |
| Resultados Extraordinários | 546.092 € | -120.158 € | 189.598 € | -1.295.741 € | 508.549 € |
| Total | -514.714,88 | -1.437.079,37 | -1.113.066,02 | -2.564.880,80 | -1.353.579,08 |

Atendendo à estrutura de balanço da Autarquia, fortemente influenciada por um património do domínio público de valor muito elevado, a sua amortização será sempre muito forte, sendo natural a continuidade de resultados líquidos negativos atendendo à pouca margem de progressão na subida de receitas de índole operacional num concelho de reduzida dimensão e ao atual contexto de crise generalizada em que o país se encontra. Decorrente também desta realidade, quaisquer correções ou alterações a valorações desse mesmo património redundam em fortes impactos negativos, como se volta a constatar no ano de 2015.

Considerando esta realidade, será mais “justo” e clarificador da real situação económica do Município analisar os seus Cash-Flows, ou seja, a sua capacidade real em gerar fluxos financeiros para cumprir com as suas responsabilidades, análise essa feita ao nível dos Meios Libertos Brutos (antes das componentes financeira e extraordinária, medida pelo EBIDTA) e Meios Libertos Líquidos (após as componentes financeira e extraordinária da atividade, medida pelo Cash-Flow).

Em seguida apresenta-se o quadro com a evolução destes indicadores nos últimos 5 anos:

| | 2011 | Var (%) | 2012 | Var (%) | 2013 | Var (%) | 2014 | Var (%) | 2015 | Var (%) |
|-----------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|------------|----------|-------------|---------|
| EBIDTA | 1.242.915 € | 9,86% | 1.058.237 € | -14,86% | 808.843 € | -23,57% | 798.230 € | -1,31% | 1.123.608 € | 40,76% |
| Cash-Flow | 1.923.283 € | 15,76% | 1.024.358 € | -46,74% | 1.176.092 € | 14,81% | -304.573 € | -125,90% | 1.832.830 € | 701,77% |

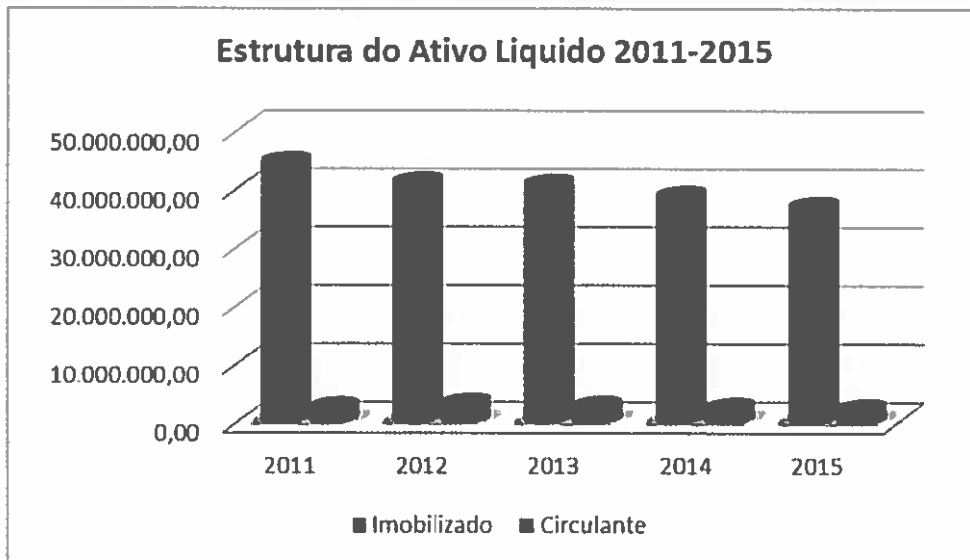
Verificamos que o EBIDTA continua a evidenciar uma boa capacidade de geração de meios a partir da componente operacional para solver os seus compromissos.

Fruto de todos os fatores já analisados que permitiram uma melhoria do Resultado Líquido, em 2015 o Município viu os seus Cash-Flow voltarem a patamares fortemente positivos, corrigindo assim o ano atípico que se registou em 2014.

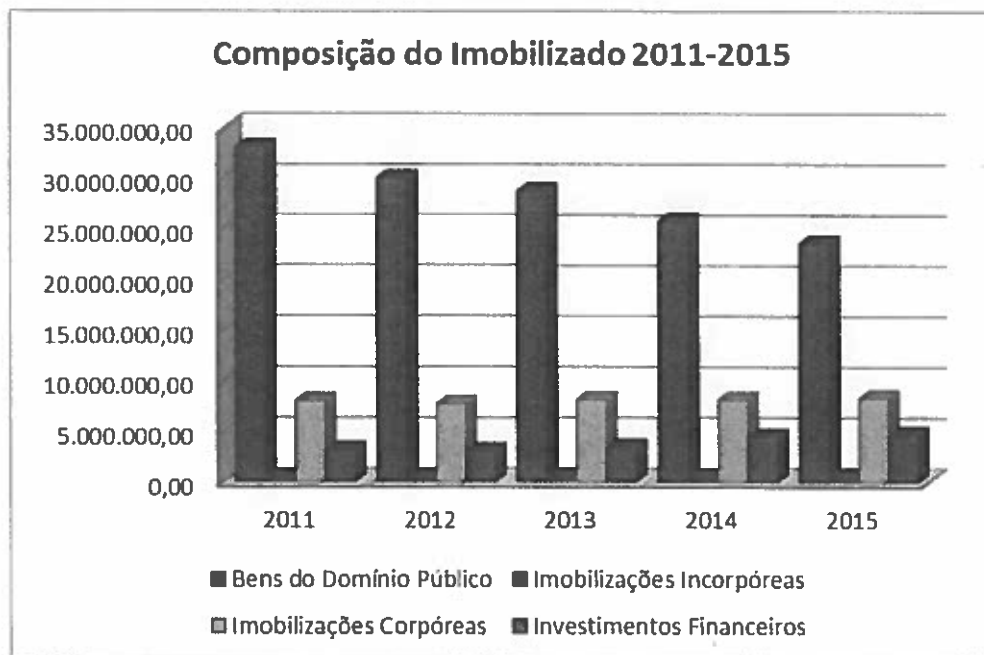
Componente Financeira

Ativo

No final de 2015, o Ativo líquido totalizava 39.367.869,47 €, diminuindo face a 2014 em 1.996.585 fruto da influência natural das amortizações do exercício, e encontrava-se estruturado da seguinte forma:

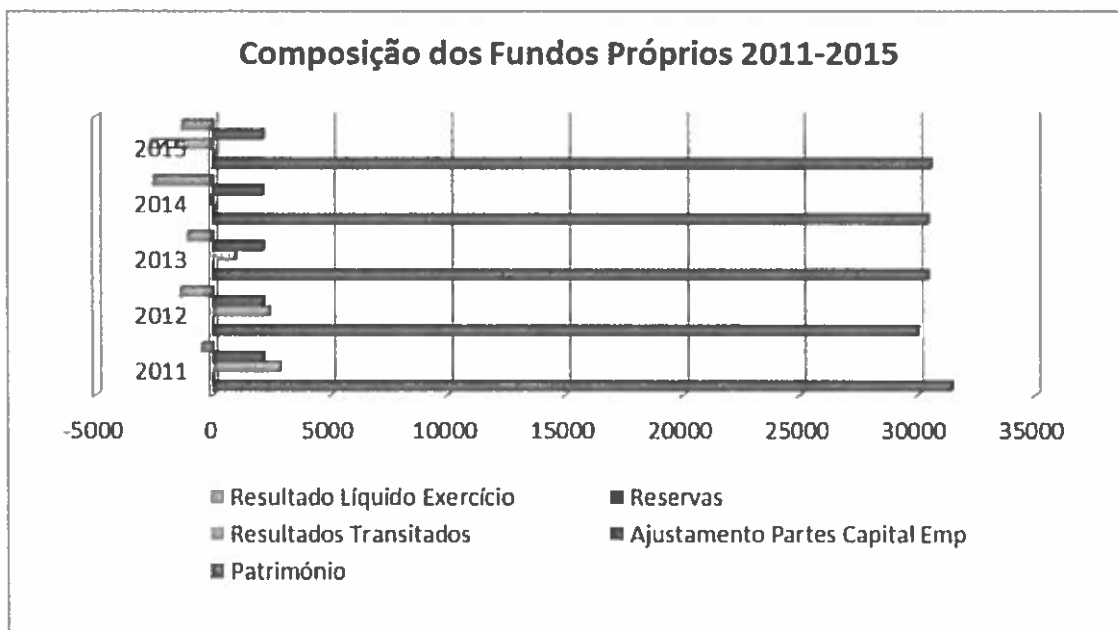


Como se percebe facilmente do gráfico, a grande parcela do Ativo continua a pertencer, com naturalidade, ao imobilizado, o qual está subdividido nas seguintes categorias:



Fundos Próprios

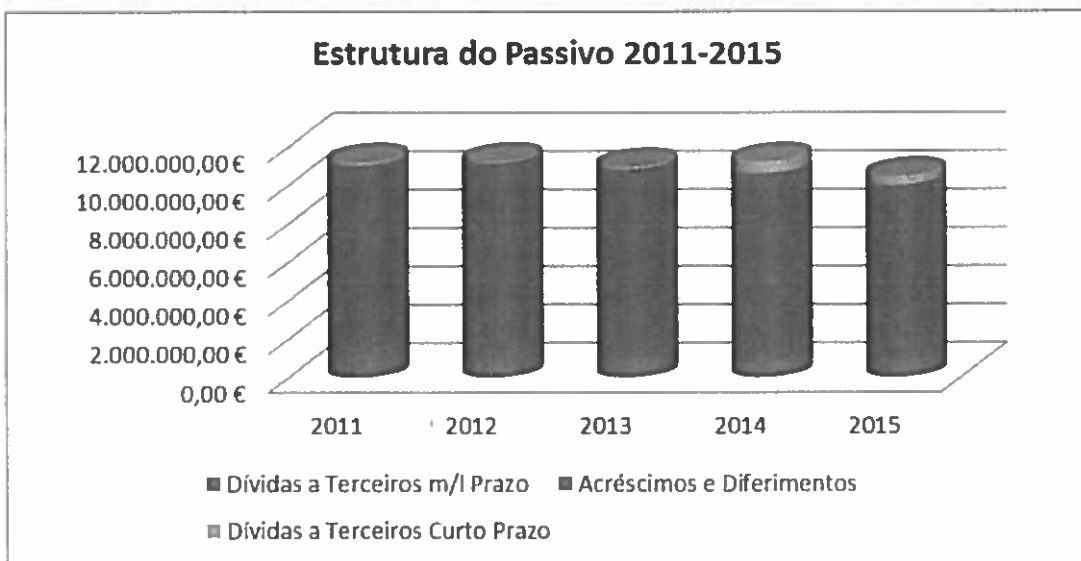
Os Fundos próprios são compostos por “Património”, “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas”, “Reservas”, “Resultados Transitados” e pelo “Resultado Líquido do Exercício”, tal como o demonstra o gráfico seguinte:



Em 2015 os Fundos Próprios ascenderam aos 28.668.433,66 €, refletindo uma redução de 1.218.062,25 € face a 2014.

Passivo

No final do exercício de 2015, o passivo municipal atingia 10.699.435,61 €, revelando uma descida de 6,78% face a 2014, e encontrava-se repartido como o exposto no gráfico seguinte:



A rubrica “Acréscimos e diferimentos” volta a destacar-se com 84,97% do total, facto que se explica principalmente pelo grande volume de proveitos diferidos (8.638.304,31 €) que se referem a subsídios ao investimento obtidos, mas cujo efetivo proveito, segundo o princípio da especialização dos exercícios, se deve repercutir nos exercícios seguintes, à medida que se vão amortizando os investimentos.

Neste contexto, a dívida comercial a terceiros continua a ter um peso pouco expressivo no passivo total, subindo no entanto o peso da componente da Dívida a Terceiros de Curto Prazo que passou a representar 7,18% do total do passivo.

Analisemos um pouco mais pormenorizadamente o conteúdo das Dívidas a Terceiros e a sua evolução:

| | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % | 2014 | % | 2015 | % |
|--------------------------------------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| Dívidas a Terceiros M/L Prazo | 1 457 790,82 | 89,68% | 1 347 161,97 | 94,62% | 1 228 886,19 | 90,57% | 1 079 678,41 | 63,95% | 1 131 251,07 | 71,82% |
| Dívidas a Instituições de Crédito | 1 457 790,82 | 89,68% | 1 347 161,97 | 94,62% | 1 228 886,19 | 90,57% | 1 079 678,41 | 63,95% | 935 637,24 | 59,40% |
| Fundo de apoio Municipal | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 195 623,83 | 12,42% |
| Dívidas a Terceiros Curto Prazo | 167 677,50 | 10,32% | 76 630,07 | 5,38% | 127 916,56 | 9,43% | 608 639,77 | 36,05% | 443 835,06 | 28,18% |
| Empréstimos Curto Prazo | | | | | | | | | | |
| Fornecedores c/c e Vendas a Dinheiro | 71 224,63 | 4,38% | 25 908,96 | 1,82% | 75 809,49 | 5,59% | 90 040,35 | 5,33% | 49 189,84 | 3,12% |
| Clientes e Utentes c/ Cauções | | | | | | | | | | |
| Fornecedores de Imobilizado | 38 592,24 | 2,37% | 0,00 | 0,00% | 3 628,40 | 0,27% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Estado e Outros Entes Públicos | 52 279,99 | 3,22% | 21 637,88 | 1,53% | 30 479,80 | 2,25% | 36 278,45 | 2,15% | 28 478,54 | 1,81% |
| Outros Credores | 5 580,64 | 0,34% | 28 883,33 | 2,03% | 17 998,87 | 1,33% | 482 320,97 | 28,57% | 366 166,68 | 23,25% |
| TOTAL DÍVIDAS A TERCEIROS | 1 625 468,32 | | 1 423 792,04 | | 1 356 802,75 | | 1 688 318,18 | | 1 575 096,13 | |

O quadro anterior evidencia a inexistência de dívidas a Fornecedores de Imobilizado e uma descida das dívidas a Outros Credores (-116.154,29 €), refletindo essencialmente o pagamento de mais uma tranche do edificio da Celtex, assinalando-se uma descida das dívidas a Fornecedores Correntes (-40.850,51 €) e ao Estado (-7.799,91 €).

No global, as dívidas a terceiros de curto prazo revelaram uma descida de 164.804,71 € - (27%), finalizando 2015 com um relevante recuperação, caminhando para os patamares habituais. O montante seria ainda mais baixo, se não se reconhecesse como dívida de curto prazo a tranche do FAM (Fundo de Apoio Municipal) a pagar em 2016. Importa ainda referir que os montantes que o Município tem a pagar para o FAM, não contribui para o somatório do endividamento do Município. Isto é, há 39.605 € nas dívidas de curto prazo e 195.623,83 nas dívidas de médio e longo prazo, que não relevam para o endividamento.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascenderam a 1.131.261,07 €, o que refletiu uma subida de 4,8 %, apesar desta subida não ter grande significado pelo motivo referido no parágrafo anterior.

Rácios

| Nome | Fórmula | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|----------------------------------|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Rentabilidade do Capital Próprio | Resultados Líquidos | -2,84% | -1,43% | -4,34% | -3,41% | -8,58% | -4,72% |
| | Fundos Próprios | | | | | | |
| Autonomia Financeira | Fundos Próprios | 79,76% | 76,12% | 74,48% | 74,40% | 73,60% | 77,68% |
| | Activo | | | | | | |
| Estrutura do Endividamento | Dívidas a Terceiros M.L.Prazo | 74,59% | 78,96% | 79,32% | 68,58% | 67,88% | 54,80% |
| | Passivo (sem Proventos Diferidos) | | | | | | |
| Cobertura do Imobilizado | Fundos próprios + Div. a Terc. M.L.Prazo + Prov. Diferidos | 102,75% | 105,00% | 107,13% | 105,52% | 112,42% | 110,54% |
| | Activo Fixo | | | | | | |
| Solvência Total | Activo Total | 2168,66% | 2557,52% | 2618,03% | 2434,48% | 1923,84% | 1910,01% |
| | Passivo (sem Proventos Diferidos) | | | | | | |
| Liquidez Geral | Activo Circulante | 765,17% | 1562,54% | 1288,49% | 2200,15% | 584,12% | 531,70% |
| | Passivo de Curto Prazo (s. Acrescimos e Diferimentos) | | | | | | |
| Liquidez Reduzida | Disponibilidades | 594,08% | 950,35% | 1467,63% | 1655,44% | 313,47% | 384,95% |
| | Passivo de Curto Prazo (s. Acrescimos e Diferimentos) | | | | | | |

A estrutura económico-financeira da Autarquia manteve-se relativamente estável na generalidade dos indicadores, com destaque para a solidez patrimonial do balanço e a liquidez.

A Rentabilidade do Capital Próprio mantém-se em campo negativo fruto de resultados líquidos negativos, encontrando-se já justificado anteriormente a origem desta situação, registando-se ainda assim uma melhoria considerável neste indicador.

A Autonomia Financeira aumentou um pouco, motivada pela diminuição dos fundos próprios em ritmo inferior à diminuição do Ativo, continuando em patamares muito confortáveis.

No indicador de Cobertura do Imobilizado, o mesmo baixou para os ainda assim confortáveis 110,54%, confirmando a estabilização da estrutura de financiamento da Autarquia, como aliás os 54,89% no rácio da estrutura de endividamento deixa transparecer, com o ativo fixo, quando necessário, a ser financiado por capitais alheios de médio e longo prazo, mais ajustados à vida útil do mesmo.

A Solvência Total desceu face a 2014, fixando-se ainda nuns expressivos 1.910,01%.

Os indicadores de liquidez do Município voltaram a baixar, com o indicador de liquidez geral a descer para 531,7% e o indicador de liquidez reduzida a subir ligeiramente, posicionando-se nos 384,95%. Ambos os indicadores continuam a evidenciar patamares confortáveis de liquidez.

Com a liquidez reduzida neste patamar, a gestão corrente da Autarquia continua reforçada, ganhando poder negocial perante fornecedores e Banca, libertando margem para novos investimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3 do POCAL, no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados Transitados", pelo que a sua aplicação se encontra refletida na referida conta.